

EDUCAÇÃO

V.8 • N.3 • Publicação Contínua - 2020

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n3p584-596

E
INTER
FAÇES
CIENTÍFICAS

PARA ALÉM DA SIGNIFICAÇÃO 'FORMAL', 'NÃO FORMAL' E 'INFORMAL' NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

BEYOND THE 'FORMAL', 'NON FORMAL' AND 'INFORMAL' MEANING IN
BRAZILIAN EDUCATION

MÁS ALLÁ DEL SIGNIFICADO "FORMAL", "NO FORMAL" E "INFORMAL" EN
LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

Arthur Vianna Ferreira¹
Marcio Bernardino Sirino²
Patricia Flavia Mota³

RESUMO

Este artigo, fruto de discussões realizadas no bojo do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão Fora da Sala de Aula (FFP/UERJ), desde 2016, tem como objetivo problematizar a divisão entre educação formal, não formal e informal na educação brasileira – ainda defendida por teóricos da Pedagogia e do campo, em construção, da Pedagogia Social. Com uma abordagem reflexiva, esta pesquisa de cunho bibliográfico apresenta as especificidades destas três formas de significação da educação e argumenta em defesa do uso dos termos escolar e não escolar, de maneira articulada, a fim de minimizar os processos de escalonamento entre conhecimentos, saberes e experiências e, ainda, questionar a centralidade de determinados espaços sociais em detrimento de outros – na certeza de que todos os espaços sociais se configuram num território (socio)educativo produtor de múltiplas pedagogias.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Formal. Educação Não Formal. Educação Informal.

RESUMEN

Este artículo, resultado de las discusiones mantenidas dentro del Grupo de Estudio, Investigación y Extensión Fuera del Aula (FFP/UERJ), desde 2016, tiene como objetivo problematizar la división entre educación formal, no formal e informal en la educación brasileña, todavía defendido por teóricos de la pedagogía y el campo, en construcción, de la Pedagogía Social. Con un enfoque reflexivo, esta investigación bibliográfica presenta las especificidades de estas tres formas de significado de la educación y argumenta en defensa del uso de los términos escolar y no escolar, de manera articulada, para minimizar los procesos de escalada entre conocimiento, saber y experiencias y, todavía, cuestionan la centralidad de ciertos espacios sociales en detrimento de otros, con la certeza de que todos los espacios sociales están configurados en un territorio socioeducativo que produce múltiples pedagogías.

PALABRAS CLAVE

Educación formal. Educación no formal. Educación informal.

ABSTRACT

This article, the result of discussions held within the Study Group, Research and Extension Outside the Classroom (FFP/UERJ), since 2016, aims to problematize the division between formal, non-formal and informal education in Brazilian education – still defended by theorists of Pedagogy and the field, under construction, of Social Pedagogy. With a reflective approach, this bibliographic research presents the specificities of these three forms of meaning of education and argues in defense of the use of the terms school and non-school, in an articulated manner, in order to minimize the processes of escalation knowledge, know and experience and question the centrality of certain social spaces to the detriment of others – In the certainty that all social spaces are configured in a socio-educational territory that produces multiple pedagogies.

KEYWORDS

Formal Education. Non-Formal Education. Informal Education.

1 EDUCAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO EM CONSTRUÇÃO

A educação – como já vimos – é um fenômeno complexo, multiforme, disperso, heterogêneo, permanente e quase onipresente. Há educação é claro, na escola e na família, mas ela também se verifica nas bibliotecas. Na rua, no cinema, nos jogos e brinquedos (mesmo que eles não sejam dos chamados educativos ou didáticos) etc. ocorrem, igualmente, processos de educação. (TRILLA, 2008, p. 5)

Não é incomum encontrarmos, em diferentes espaços sociais, discursos construídos em defesa dos processos educacionais que neles habitam, no entanto, associados a estes discursos, também, não é incomum percebermos – direta ou indiretamente – hierarquizações entre as diferentes formas, tempos e espaços de se produzir educação.

Nesta seara, autores clássicos da pedagogia – como por exemplo, Libâneo (2010) – já traziam esta divisão entre educação formal, não formal e informal que foi, sendo potencializada por autores do campo, em construção, da Pedagogia Social (GOHN, 2010; TRILLA, 2008) que faziam esta divisão “didática”, mas que, com uma lente mais apurada, tende a revelar, a nosso ver, certo escalonamento de saberes, conhecimentos e experiências – evidenciando, portanto, onde se faz “educação” e onde se realizam “outras atividades socioeducativas”.

Aspecto este pontual que nos motivou a produzir esta reflexão – teórica por sua essência. Uma discussão que se divide em três partes (formal, não formal e informal) e, no desfecho, desconstroi esta perspectiva fragmentada em prol da defesa de uma educação escolar e não escolar – que sejam diferentes, porém complementares. Educações estas que nos formam ao longo de toda a nossa trajetória e que têm muito a contribuir para a construção de uma sociedade mais plural e menos desigual.

Neste contexto, onde se encontra a educação formal?

2 EDUCAÇÃO FORMAL

No cerne desta questão, pensamos estar inserida a proposta de centralidade da escola e de seus saberes construídos sociohistoricamente, tendo em vista as concepções que alguns autores trazem acerca desta terminologia. Seus estudos nos levam a realizar algumas inferências que podem colocar os saberes produzidos pela escola numa escala superior a todos os outros produzidos em vários contextos da sociedade. São necessárias muitas lentes para se discutir temática tão relevante. Trazemos, portanto, algumas visões para o debate:

Quadro 1 – Olhares sobre a Educação “Formal”

TEÓRICOS	CONSTRUÇÃO
Maria da Gloria Gohn (2009)	Aquele que é desenvolvida especificamente nas escolas, com conteúdos elencados antecipadamente.
Trilla-Bernet (2003)	Cada país define o que é formal, segundo suas leis, que também variam segundo o contexto e a dinâmica política do momento; o não formal, é o que está à margem do sistema formal. É perfeitamente possível que o que era não formal em um momento, torne-se formal. O autor propõe uma relação de complementaridade entre os tipos de educação.
Moacir Gadotti (2005)	A educação formal apresenta objetivos e meios definidos num planejamento e ocorre no ambiente escolar. “A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades” (p.2).
José Carlos Libâneo (2018)	“Formal refere-se a tudo que implica uma forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como algo se configura. Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Neste sentido a educação escolar convencional seria tipicamente formal. Mas isso não significa dizer que não ocorra educação formal em outros tipos de educação intencional (vamos chamá-las de não convencionais). Entende-se, assim, que onde haja ensino (escolar ou não) há educação formal” (p. 81).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Ao entender que a educação não é o preparo para a vida, mas, sim, a própria vida (DEWEY, 1959, p. 83), é possível perceber, nas definições elencadas, que, embora haja uma tentativa conceitual de se desvincular os conceitos estudados neste artigo, é possível visualizar o entrelace entre os mesmos no que tange aos processos formativos dos sujeitos. Uma vez que, nesta contemporaneidade, estudos se encarregam de trazer à discussão as possibilidades de formação para a vida, como a Pedagogia Social (CALIMAN, 2010) e a Pedagogia da Convivência (JARES, 2008), por exemplo.

Entretanto, ainda há uma disputa por espaço, hegemonia e sentidos no que tange à formação dos sujeitos. Ao estudarmos as pesquisas sobre Educação Integral e(m) Tempo Integral, nos deparamos com posicionamentos que podem exemplificar as disputas nesta contemporaneidade, que discorrem, basicamente, sobre a centralidade da escola nos processos formativos. Neste sentido, duas visões emergem destas discussões: uma visão socioistórica e uma visão contemporânea do que seria educação integral.

A visão socioistórica se subjaz à compreensão de que os elementos socioistoricamente construídos pela escola são extremamente importantes para uma formação mais completa possível (COELHO, 2009), uma vez que a escola sintetiza e reproduz os saberes construídos por uma sociedade ao longo dos anos. Assim, a escola estaria numa posição hierarquicamente superior às demais instituições, nas quais ocorre o que preferimos chamar de educação não escolar. Esta é uma perspectiva que nos remete ao estudo do termo educação formal.

Numa visão mais contemporânea, há a percepção de que outros saberes dinamizados em contextos não escolares, possuem uma intencionalidade e uma forma. Estabelecendo parcerias com as escolas em busca de educação integral. Percebe-se, então, um movimento que tende a fomentar “articulações entre a educação formal e os espaços não formais de ensino” (GONÇALEZ; SANTOS, 2018, p. 119).

Frente a esse panorama, eis que se nos apresenta a perspectiva de “sociedade da aprendizagem” que, em si, carrega uma compreensão do processo de aprendizagem como um ato reflexivo no qual informação e conhecimento interagem, na busca por instaurar uma nova lógica para esse processo. Esta direção caminha na contramão da sociedade moderna _ como produtora de grandes sólidas verdades, uma vez que as narrativas que produziam explicações sobre o próprio conceito de informação, conhecimento, e aprendizagem são questionadas e um novo entendimento é construído que, diretamente, inclina o conceito de educação _ nesta produção adjetivada de ‘integral’ _ para uma abordagem mais contemporânea. (COELHO; SIRINO, 2018, p. 147).

Gadotti (2005, p. 4) discorre em seu texto que “o conceito de educação sustentado pela Convenção dos Direitos da Infância ultrapassa os limites do ensino escolar formal”.

Neste sentido, precisamos superar a discussão sobre os tipos de educação e avançarmos para uma reflexão sobre as contribuições de cada setor da sociedade para que se aprenda por toda a vida, pensando no território como uma cidade educadora em que escola e outros contextos se articulam para materializar o direito à educação.

Gadotti (2005) infere, ainda, que, possivelmente, toda educação pode ser formal, mas que se efetiva em espaços e tempos diferenciados, promovendo o desenvolvimento de vários saberes necessários à formação humana. Por conseguinte, é desnecessário estabelecer uma hierarquização do “tipo” de educação, uma vez que não há saber melhor ou pior. Gadotti também traz a discussão a possibilidade de a educação não-formal ser encenada num espaço escolar, isto é, no contexto formal.

O que dizer sobre as tecnologias em contextos educativos? Onde enquadrar este saber tão disseminado em diversos contextos? É possível colocar em uma caixinha, mesmo sob um viés didático?

Não podemos estabelecer fronteiras muitas rígidas hoje entre o formal e o não-formal. Na escola e na sociedade, interagem diversos modelos culturais. O currículo consagra a intencionalidade necessária na relação intercultural pre-existente nas práticas sociais e interpessoais. Uma escola é um conjunto de relações interpessoais, sociais e humanas onde se interage com a natureza e o meio ambiente. Os currículos monoculturais do passado, voltados para si mesmos, etnocêntricos, desprezavam o “não formal” como “extra-escolar”,

ao passo que os currículos interculturais de hoje reconhecem a informalidade como uma característica fundamental da educação do futuro. O currículo intercultural engloba todas as ações e relações da escola; engloba o conhecimento científico, os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas, instituintes da escola; inclui a formação permanente de todos os segmentos que compõem a escola, a conscientização, o conhecimento humano e a sensibilidade humana, considera a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo. (GADOTTI, 2005, p. 4).

É inegável a “forma” presente neste contexto mais fluido e dinâmico, preocupado com os saberes, mas, principalmente, com o ser. Que traz propostas que permitem aos profissionais conhecer os sujeitos dos contextos nos quais atuam e colaborar positivamente com os processos formativos. Nesta contemporaneidade, na qual ainda vivenciamos movimentos de uma *modernidade líquida*, vimos emergir projetos que abordam a preocupação com o outro, com a convivência, com o social, para além dos saberes construídos pela escola.

Qual projeto de sociedade estamos bancando? Aquele que atribui à escola a responsabilidade de formar cidadãos de sucesso? Ou aquele que quer formar cidadãos, pessoas felizes que consigam mediar os seus conflitos e que construam uma sociedade mais justa, democrática e igualitária?

Finalizamos, portanto, esta seção, trazendo uma inquietação: o que é formal? Qual a forma que apresenta a educação para o atual projeto de sociedade que se descortina aos nossos olhos? Sigamos no debate e na discussão sobre educação não formal na seção a seguir.

3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A partir das contribuições de Trilla (2008), é possível identificarmos algumas especificidades que margeiam a compreensão de educação “não formal”. Em meados do século XIX, evidenciava-se a necessidade de outros ambientes educacionais – para além da centralidade da escola que estava posta, por, justamente, haver o reconhecimento de seus limites e, neste bojo, identificar-se grupos excluídos do processo educativo e que careciam de formação e capacitação profissional.

Este contexto se atrela à necessidade de preenchimento do tempo livre – num cenário de mudanças na instituição familiar em que os pais precisam trabalhar e os filhos precisam de um espaço seguro e, ao mesmo tempo, produtor de cuidado, amparo e orientação.

Para potencializar ainda mais esta demanda, eis que se avolumam os meios de comunicação de massa, o uso de novas tecnologias nos processos educativos – inclusive como uma forma de resgate de setores da sociedade que se encontravam em conflito e/ou marginalizados. Dado este que se relaciona com a reforma da educação ocorrida na década de 60/70 (DELORS, 1998) e com as críticas crescentes à instituição escolar por sua perspectiva, supostamente, mais reprodutivista.

Uma visão que descortina novos conceitos sobre educação relacionados às cidades educadoras, uma vez que, como nos sinaliza Caliman (2010, p. 342), “Fora e além da escola existem diversas formas de educação igualmente significativas e influentes”. Neste caminhar, Souza Neto (2010, p. 37) complementa esta discussão ao nos afirmar que “O projeto de educação que defendemos tende a transformar as organizações sociais, a cidade, a sociedade em espaços e territórios educadores”.

Neste sentido, convém destacar que o movimento “Cidades Educadoras” – criado em 1990 em Barcelona, na Espanha – dialoga com o campo da Pedagogia Social uma vez que, segundo Paiva (2015, p. 61), “A Pedagogia Social discute esses novos espaços educativos, como mídia, rádio, TV, vídeo, igrejas, sindicatos, empresas, ONGs, espaço familiar, internet, espaços no campo que não podem mais ser ignorados” – ou seja, um território, para além dos muros escolares – que produz educação, mas que, socialmente, se convencionou a chamar de educação não formal.

Podemos, resgatando, ainda, as contribuições de Trilla (2008) encontrar processos de adjetivação da educação ao longo dos tempos. Processos estes que se relacionam com: 1) especificidade do sujeito (educação infantil, educação juvenil, educação de pessoas adultas); 2) aspecto ou dimensão da personalidade (educação intelectual, física, moral); 3) tipos de educação (sanitária, literária, científica); 4) procedimento/metodologia (ensino a distância, metodologias ativas); 5) instituições (educação familiar, educação escolar, educação institucional).

Adjetivações que, também, ocorrem quando fazemos a divisão ‘formal’, ‘não formal’ e/ou ‘informal’. No entanto, como, nesta seção, focamos, especificamente, na segunda adjetivação, convém salientar que a primeira vez que a mesma foi citada, data-se de 1960 na obra de P.H. Coombs – referindo-se a uma educação intencional, formativa, com caráter metódico, sistemático e/ou estrutural – que acontece em diferentes espaços sociais, para além dos escolares.

Sobre este tópico, cabe trazermos os âmbitos da educação não formal – uma vez que ela pode se dar 1) com a promoção de uma formação ligada ao trabalho; 2) em espaços de lazer e de cultura; 3) por meio da Educação Social e 4) dentro da própria escola – o que nos faz resgatar o artigo 1 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) o qual nos afirma que a educação abrange “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996,p.4).

Frente ao exposto, podemos resgatar espaços – para além dos escolares – que promovam processos educativos e que são, profundamente, importantes para que novas oportunidades formativas sejam ofertadas. Esta perspectiva pode ser percebida facilmente, por exemplo, ao se questionar, em qualquer grupo social, sobre um espaço não escolar que veio a contribuir na formação desses sujeitos.

Certamente, muitos deles irão trazer, à baila, igrejas, instituições religiosas, organizações não governamentais, praças, parques, museus, centros culturais, hospitais, clínicas, abrigos, centros de acolhimento, espaços militares, teatros, cinemas – dentre infinitas outras possibilidades de espaços que, direta ou indiretamente, possuem processos formativos quer seja pela ações neles desenvolvidas ou, mesmo, pelas interações oportunizadas entre os diferentes sujeitos.

Neste contexto interativo, cabe resgatar, ainda, as contribuições de Hans-Uwe Otto (2011) quando, a partir de sua discussão sobre *As origens da Pedagogia Social*, podemos inferir que *Toda relação social é uma relação pedagógica*. Afirmar esta que nos permite maior alinhamento na compreensão de que – em espaços ditos não formais de ensino – a interação, que eles possibilitam entre os diferentes sujeitos, por si só, já traz uma aprendizagem significativa. Uma aprendizagem que se dá no campo da convivência e que, possivelmente, muitos dirão ser ‘informal’, mas esta é uma outra discussão – que fica para a próxima seção.

4 EDUCAÇÃO INFORMAL

Após as explicações dadas a respeito da educação formal e não formal, supomos que muito pouco restou para a definição da organização da educação que podemos intitular sobre informal. Contudo, essa manifestação da educação que acontece no cotidiano das pessoas é uma das mais importantes, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, desconsiderada, nos processos de ensino-aprendizagem.

A educação informal se articula por meio de saberes originados dos grupos sociais em sua estreita relação com a vida cotidiana. Esse conjunto de conhecimentos sobre o real se transforma na base concreta na qual se movimenta tanto a educação formal quanto a considerada não formal.

De fato, vale recorreremos à filosofia da educação para entendermos uma das que podemos considerar como sendo uma das principais características da educação informal e que se faz presente na vida dos sujeitos e de seus respectivos grupos sociais, embora os mesmos não sejam capazes de identificá-los de forma explícita: a constituição do conhecimento da realidade, a partir do exercício do juízo da razão sobre o mundo que se manifesta e a constituição do campo semântico do senso comum e suas representações cognitivas do mundo.

Os sujeitos, ao se depararem com o mundo concreto, são convidados de forma consciente ou inconsciente a organizar seu raciocínio de forma lógica sobre o mundo, utilizando dois princípios básicos de juízos: o de realidade e o de valor. Segundo Savianni (1996, p. 57), essa é uma das diferenças existentes na constituição da reflexão do ser humano sobre si mesmo e a realidade, pois, dessa forma, “o conhecimento do mundo passa a ser constituído por essa égide: um conhecimento sobre a realidade, organizado pela ciência, e outro no qual se debruça a filosofia, com a capacidade de emitir valores entre outros conceitos sobre a mesma realidade”.

Esta construção pode nos levar ao começo de uma reflexão sobre a importância de a educação levar em consideração um conhecimento chamado de “informal”. O ser humano apresenta em si mesmo a capacidade tanto de descrever a realidade tal qual ela se apresenta para ele, como também emitir juízos de valores do conhecimento e da ação por ele participado e que, na sua convivência grupal, vai ganhando significado e sentido para a experiência vivida.

Independentemente dessa ação ser considerada pela epistemologia do conhecimento como manifestações do que poderíamos chamar de “ciência” ou “filosofia”, essa estruturação de conhecimento de mundo tem a sua raiz no empírico produzido pelos indivíduos em seus grupos de origem. Assim sendo, a educação dada de forma livre e autônoma dos cânones das instituições formais, embora esteja subjugada às pretensões dos grupos particulares, são conhecimentos válidos e fundantes da construção de um pensamento que acompanhará o indivíduo mesmo que ele participe de outros espaços educacionais constituídos como formais ou não.

Da mesma forma, a educação informal recebe em sua fundamentação os resultados oriundos da experiência dos seres humanos a partir do senso comum constituído no interior dos seus grupos sociais.

Conforme conseguimos vislumbrar na leitura de Germano (2011, p. 251), o senso comum se caracteriza por “uma visão distorcida, desagregada e incoerente do mundo; uma compreensão difusa de uma realidade marcada pela presença da ideologia dos grupos dominantes”. Por isso, o avanço para

uma consciência de ordem filosófica significaria a passagem de uma concepção “fragmentada, incoerente, desarticulada, implícita, desagregada, mecânica e passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada” (SAVIANI, 1996, p. 10).

Aos lermos os trechos acima temos a impressão de que o senso comum deve ser expurgado e, portanto, a educação informal, que, muitas vezes, encontra, na reprodução do seu conteúdo, a sua sobrevivência do campo educacional deva, também, ser excluída dos processos educacionais humanos. Todavia, o que queremos reforçar é a ideia contrária.

A preocupação pelo reconhecimento dos conteúdos da educação informal se fazem fundamentais nos processos educacionais por dois motivos basilares: primeiro, entender como os grupos sociais e seus indivíduos constroem os seus conhecimentos sobre o mundo e suas relações grupais; segundo, quais as ideologias presentes nesses grupos que os fazem movimentar sobre o mundo, assim como as escolhas que são realizadas pelos seus integrantes.

Na verdade, a valorização da presença da educação informal nos processos de ensino-aprendizagem ajudam aos educadores a entenderem as “lógicas próprias de mundo” dos grupos socialmente constituídos para que, assim, se possa chamar, o que Germano (2011, p. 258) apregoa, como “uma educação comprometida com a construção de uma nova hegemonia, além de uma nova categoria de intelectuais com formação e os interesses voltados para os interesses das classes populares”.

Esse contexto já é vivido pelos autores que se dedicam à Pedagogia Social em seus diversos campos de saber como podemos perceber na Educação Popular, na Educação Social, nos tópicos sobre Educação e Periferias Urbanas, Educação do Campo, Grupos Étnicorraciais, dentre outros. Em todos estes exemplos, de campos de pesquisa e investigação da educação não escolar, a intitulada “educação informal” tem a sua primazia e a sua valorização como campo legítimo de manifestação de saberes com juízo de realidade e de valor próprio – ao mesmo tempo em que, o senso comum passa a ser o campo representacional que manifesta como os indivíduos constituem as suas relações socioeducacionais na contemporaneidade, como pode ser percebido no quadro a seguir.

Quadro 2 – Bases constitutivas da Educação Informal



Fonte: Elaboração dos Autores (2019).

Enfim, ao organizarmos a nossa argumentação sobre Educação Informal, por meio da ilustração acima, não queremos inferir, mas, apenas, mapear o começo de uma reflexão mais detalhada sobre a educação informal, sua relevância na construção da ciência e no amálgama de ideologias que constituem as relações socioeducacionais.

Autores brasileiros como Paulo Freire, Celso de Rui Beisegel, Osmar Fávero, Vanilda Paiva, Stella Graciani – entre tantos outros – iniciaram esse trabalho de valorização da educação informal como princípio de uma ação libertadora e emancipadora do ser humano em suas relações com a sociedade do capital.

Cabe a cada um de nós, portanto, continuar essa reflexão sobre a educação informal, desde o tempo e espaço histórico que nos encontramos, tendo-o em conta nas pesquisas relativas às classes populares.

5 EDUCAÇÃO: UM DESFECHO EM (DES)CONSTRUÇÃO

Ninguém escapa da educação.
Em casa, na rua, na igreja ou na escola,
de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela:
para aprender, para ensinar, para aprender – e – ensinar.
Para saber, para fazer, para ser ou para conviver,
todos os dias misturamos a vida com a educação.
(BRANDÃO, 1981,p. 3).

A epígrafe que trazemos no início deste desfecho diz muito do que acreditamos ser educação: um processo complexo, plural e que se desenvolve em múltiplos tempos e espaços por meio de diferentes sujeitos.

Dessa forma, queremos trazer à tona que não comungamos com a ideia clássica da educação em dividir os campos dos saberes em formal, não formal e informal. Este tipo de classificação, por muitas vezes, desvaloriza os processos de ensino-aprendizagem acontecidos fora do ambiente escolar e tão necessários para o desenvolvimento do ser humano.

Bem verdade que a legislação educacional, tal qual foi exposta, valoriza esses espaços e promove, na formação docente, reflexões pertinentes sobre esses outros espaços não escolares, porém, sabemos que, nas práticas, a nomeação de um campo de saber educacional como prioritário (formal) movimenta esforços muito maiores das políticas públicas na utopia iluminista de que o conhecimento formatado pelos currículos escolares irão resgatar os grupos sociais dos espaços de vulnerabilidade em que se encontram ou, mesmo, apaziguará as desigualdades sociais de forma imediata, deixando nas mãos dos educandos a única responsabilidade pelo seu sucesso, ou não, diante de uma sociedade desigual sócio-econômica-cultural.

Ao defendermos os espaços não escolares (chamados tradicionalmente de não formais e informais) a começar por uma reflexão contra a nomenclatura dada pelos livros e manuais de educação, queremos suscitar a outros educadores que possam realizar o mesmo manifesto e, a partir da vivência educacional prática, buscarmos meios de valorizar esses outros espaços educacionais que falam de uma realidade mais objetiva.

Atentem-se que não pregamos o fim da educação formal; apenas um olhar mais cuidadoso sobre os outros campos de educação a fim de que sejam percebidos tanto pelas políticas públicas quanto pelos currículos e organizações dos trabalhos pedagógicos existentes nesse país.

Talvez, desse modo, ao tratarmos com a mesma dignidade essas diversas formas de manifestação da educação, possamos terminar com a reprodução de um conhecimento fragmentado para olharmos o ser humano como um ser inteiro e que integre suas diversas formas de educação, oriundas das suas vivências de ensino-aprendizagem social.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.
- CALIMAN, Geraldo. Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação** – UNISAL, Americana/SP, Ano XIII, n. 23, 2º Semestre, 2010.
- COELHO, L. M.; SIRINO, M. B. Concepções de educação integral, gestão do tempo integral e projeto(s) de sociedade: um debate (mais do que) atual. *In*: FERREIRA, A.G. *et al.* **Políticas e gestão em educação em tempo integral**: desafios contemporâneos. Curitiba: CRV, 2018.
- COELHO, Lígia Martha C. da C. História(s) da educação integral. Brasília: **Em aberto**, v. 22, p. 83-96, abr. 2009.
- DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.
- DEWEY, John. **Democracia e educação**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1959.
- GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Seminário Direito à educação**: solução para todos os problemas ou problema sem solução? Institut International Des Droits De L'enfant (Ide), Suíça, 2005.
- GERMANO, Marcelo Gomes. **Uma nova Ciência para um novo senso comum**. Campina Grande: Editora UEPB, 2011.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não-formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.
- GONÇALEZ, W. R. C.; SANTOS, A. N. B. Programa Mais Educação: reflexões sobre a articulação entre educação formal e a educação não formal. *In*: FERREIRA, A.G. *et al.* **Políticas e gestão em educação em tempo integral**: desafios contemporâneos. Curitiba: CRV, 2018.
- JARES, Xésus R. **Pedagogia da convivência**. São Paulo: Palas Athenas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. **Revista Inter Ação**, v. 16, n. 1/2, p. 67-90, 2 out. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

OTTO, Hans-Uwe. Origens da pedagogia social. *In*: MOURA, Rogério; SILVA, Roberto da; SOUSA NETO, João Clemente de (org.). **Pedagogia social**. V. 1. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

PAIVA, Jacyara Silva de. **Caminhos do educador social no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

SAVIANI, Demerval. Educação: **Do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SOUZA NETO, João Clemente de. Pedagogia social: a formação do educador social e seu campo de atuação. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES**, Vitória, v. 16, n. 32, jul./dez. 2010.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. *In*. ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

TRILLA-BERNET, Jaume. **La educación fuera de la escuela**. Âmbitos no formales y educación social. Barcelona: Ariel, 2003.

Recebido em: 12 de Agosto de 2018

Avaliado em: 17 de Março de 2019

Aceito em: 6 de Abril de 2020



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Professor Adjunto de Didática do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
E-mail: arthuruerjffp@gmail.com

2 Mestre em Educação (UNIRIO); Doutorando em Educação (ProPEd/UERJ); Professor da Universidade Castelo Branco – UCB. E-mail: pedagogomarcio@gmail.com

3 Doutoranda no PPGEd – UNIRIO; Professora na Universidade Castelo Branco.
E-mail: patriciamotauerjffp@hotmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

